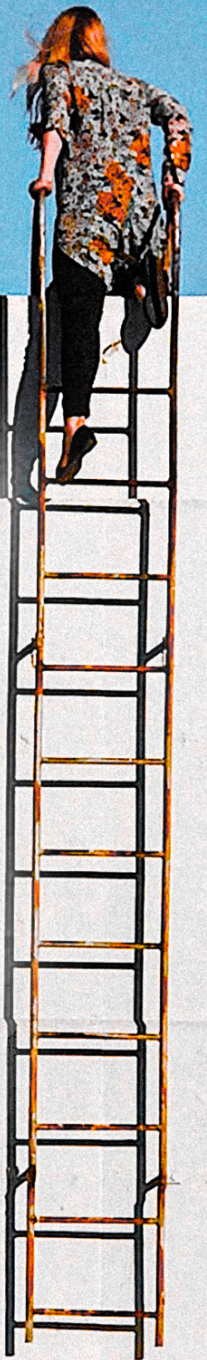


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Prof^a Dr^a Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Prof^a. Dr^a. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Prof^a Dr^a Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof^a Dr^a Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Prof^a Dr^a Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Prof^a Dr^a Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

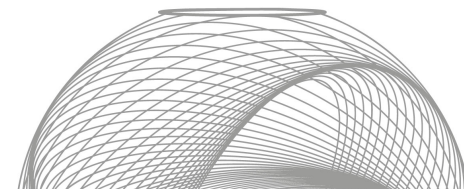
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos "Povos Sem História".....130

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia

Eleitoral.....147

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das

Ações em um Contexto de Emergência.....174

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o

Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....195

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-

Americanos215

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da

Geografia Política.....230

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da

Funcionalidade.....254

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um

Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....278

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE I

BASE

CONCEITUAL

A PAISAGEM NA GEOGRAFIA POLÍTICA: DA MORFOLOGIA À PAISAGEM COMO RECURSO

Dirceu Cadena

Universidade Federal do Ceará
dirceucadena@gmail.com

Rafael Winter Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro
winter@igeo.ufrj.br

Introdução

A paisagem é um conceito da Geografia Política? Esta pode ser uma pergunta capciosa, afinal, uma abordagem espacial da política, ou uma abordagem política de fenômenos espaciais, temas centrais do subcampo, podem ser realizadas a partir de quaisquer um dos ditos conceitos-chave da disciplina: paisagem, espaço, lugar e território, embora este último, por sua associação tradicional com a ideia de apropriação ou de poder, tenha sido aquele historicamente privilegiado (Cox, 2002)²⁴. Neste capítulo procuramos identificar como a relação entre paisagem e política, embora não tenha sido predominante entre os geógrafos políticos, está presente de diferentes formas entre nós, sobretudo a partir do movimento de renovação do campo que tem início no final do século XX e que hoje se estende em múltiplas abordagens, quando a paisagem pode ser analisada como um recurso político mobilizada por diferentes sujeitos em suas disputas políticas.

Para iniciar esta discussão, é preciso assumir que apesar de importante para a consolidação da Geografia moderna no final do século XIX, a paisagem foi um conceito pouco utilizado por geógrafos políticos clássicos. Ao contrário do conceito de território, incorporado pela perspectiva biológica-naturalista, a paisagem ingressou na disciplina a partir de uma tradição ocidental que tem início nas representações da natureza por artistas flamengos no século XVI (Cauquelin, 2007) e que começa a ser transposta para a construção de um método científico de análise de fenômenos naturais com os trabalhos de Alexander von Humboldt, na primeira metade do século XIX

24 Para Kevin Cox (2002), num livro-texto básico para a disciplina, os conceitos fundamentais da geografia política são Território, Estado e Processo Social.

(Ribeiro, 2020). O conceito se constitui na Geografia repleta de dualidades, controvérsias e tensões, mas de uma maneira geral ao longo da história há um predomínio das abordagens que colocam ênfase no seu caráter visual de apreciação do terreno a partir de um ponto de vista, assim como no seu caráter integrador de elementos da natureza e da sociedade²⁵.

Ao ser introduzida na Geografia por essa linha, o conceito de paisagem foi em sua maior parte tratado como uma fisionomia dos diferentes gêneros de vida que podem ser lidos através das formas espaciais, como nos trabalhos de Vidal de La Blache e de Jean Brunhes, nos quais a paisagem é dotada de uma densidade ontológica própria (Besse, 2014b), ou como uma captura intencional tomada à distância para analisar as transformações de processos naturais e culturais em uma determinada área, como desenvolvida por Carl Sauer e seus seguidores.

Se nessas tradições a paisagem não foi utilizada para compreender os fenômenos políticos, o próprio campo da Geografia Política conferiu pouca atenção às ideias existentes sobre paisagem. Não se trata aqui de negar o caráter político ou geopolítico de alguns trabalhos de autores do pensamento clássico associados ao desenvolvimento do conceito de paisagem, como é o caso de Paul Vidal de La Blache. Muitos autores já demonstraram como trabalhos como *La France de l'Est*, dentre outros, demonstram uma clara relação do pensamento de Vidal com os temas da Geografia Política e geopolítica clássicas (Ribeiro, 2011; Pereira, 2012). No entanto, o que realçamos é a pouca ou nenhuma reflexão sobre o papel da paisagem na configuração do fenômeno político. A Geografia Política restrita a uma única forma de expressão do poder político do início do século XX estava mais interessada nas disputas territoriais entre os Estados, na expansão de suas fronteiras ou nas buscas por recursos naturais (Agnew, 2002).

Por outro lado, esse interesse menor da Geografia Política clássica pela paisagem contrasta com as questões às quais o campo disciplinar é chamado a refletir hoje. Diante de utilizações recentes das instituições estatais que destacam o caráter coletivo de paisagens excepcionais e estabelecem regramentos para sua melhor fruição, bem como as mobilizações de grupos insurgentes que expõem os conflitos latentes nas sociedades contemporâneas em busca de diferentes cidadanias paisagísticas, fica evidente no mundo contemporâneo as diversas aproximações entre visões sobre paisagem e ações políticas.

Repleta de utilizações distintas, consideramos que a abordagem contemporânea da paisagem deixa de apenas expressar os conflitos existentes na sociedade, como uma fotografia de um momento, e passa a ser um recurso político central para os conflitos urbanos. A relação da paisagem com a Geografia Política passa, portanto, de uma condição passiva, como um reflexo da organização política de um Estado e suas formas de exercício de poder, para ser analisada como um recurso ativo, mobilizado no encontro entre os diferentes que buscam a partir dessa mobilização da paisagem e de suas representações, construir capital político em diferentes estratégias de

25 Para uma discussão centrada nas dualidades e tensões do conceito de paisagem no pensamento geográfico ver Wylie (2007). Para uma análise das diferentes perspectivas com as quais a paisagem pode ser trabalhada ver Besse (2014a).

ação. Como uma forma de compreender essa relação, propomos aqui que as diversas formas de mobilização da paisagem como recurso por atores distintos podem ser reunidas em três grupos, que aqui chamaremos de *paisagens instituídas*, *paisagens emergentes* e *paisagens insurgentes* (Ribeiro; Castro; Cadena, 2022).

No presente texto vamos discutir algumas maneiras de abordar as relações entre a paisagem e a Geografia Política. Veremos que apesar da recente utilização do conceito por estudos interessados nas ações políticas, alguns geógrafos a partir dos anos 1980 já buscaram destacar as vinculações entre paisagem e política. Em seguida, discutiremos como a paisagem pode ser considerada um recurso político contemporâneo mobilizado por instituições públicas, mas também por grupos insurgentes. Por fim, apresentaremos exemplos de mobilizações da paisagem que, em um primeiro momento, articulam em suas pautas temas como direito à cidade, patrimônio e memória, em um segundo momento buscam alcançar o direito à paisagem.

Abordagens políticas da paisagem na Geografia

Apesar de identificarmos mobilizações da paisagem de modo mais significativo por instituições públicas e movimentos sociais diversos a partir do final do século XX, alguns poucos geógrafos buscaram discutir as relações entre política e paisagem, contribuindo com a reconhecida polissemia do conceito.

Entre os geógrafos que nomeadamente buscaram trazer à tona a relação entre paisagem e política, predomina o uso do termo *paisagem política*, visando identificar a paisagem que é diretamente moldada pela política. Uma vez moldada pela política, esta pode funcionar também como um elemento de reforço do poder político que a moldou. Assim, em abordagens morfológicas com origem na tradição alemã, os geógrafos consideraram o Estado como o agente primordial da produção de paisagens políticas. Interessados nas formas inseridas no espaço para demarcação do poder político, como os monumentos, praças públicas, muros e fronteiras, os trabalhos dessa abordagem seguem uma linha saueriana ao considerar a paisagem política como aquela moldada pelo Estado.

O trabalho de Sanguin (1984) pode ser considerado o principal representante dessa abordagem ao considerar as paisagens políticas como os resultados das marcas da autoridade e da ideologia na paisagem. Para o autor francês, esses aspectos são manifestos nas estruturas das fronteiras, nas praças e parques públicos, nos monumentos e mesmo em edificações suntuosas associadas ao serviço público. Sanguin demonstra toda a influência da abordagem superorgânica de Sauer do conceito de cultura ao parafrasear o fundador da Geografia Cultural estadunidense e considerar “[...] a política como o agente, o espaço natural como meio, enquanto a paisagem política é o resultado” (Sanguin, 1984, p.30)²⁶.

26 Aqui Sanguin toma inspiração literal da frase mais conhecida do artigo de 1925 através do qual Carl Sauer apresentou o método morfológico da paisagem, repetida à exaustão pelos geógrafos culturais de influência saueriana: “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural o resultado” (Sauer, 1996).

Uma característica da abordagem morfológica nos estudos das relações entre política e paisagem é a escala. O conceito de paisagem, nessa perspectiva, é apreendido a partir da grande escala, isto é, a que manifesta as grandes visões do poder e estende-se através de uma área percebida como homogênea e de significativa dimensão. Em Sanguin, a dimensão atribuída ao conceito de paisagem política se aplica unicamente aos objetos observados à distância que estabelecem paisagens de grandes escalas, como no caso das zonas de fronteiras, onde ele considera que “a importância da política nas zonas de fronteiras reside na aparição de uma paisagem em grande escala” (op. cit., p. 28). A paisagem política de Sanguin é, portanto, fundamentalmente passiva, um receptáculo das ideias e necessidades do poder político, representado unicamente pelo Estado-Nacional.

Recentemente, perspectivas morfológicas para compreender as paisagens políticas têm sido voltadas para as paisagens de pequenas escalas (Brox, 2019; Kliot; Mansfield, 1997) ou para os conflitos estabelecidos entre as paisagens consagradas da grande escala *versus* as paisagens insurgentes da pequena escala (Brito, 2019), observando também como a paisagem funciona na política e não apenas a reflete. Sem ser uma exclusividade dos geógrafos, a utilização do termo *paisagem política* como materialização da construção da autoridade política na transformação da paisagem e de suas representações também está presente nos trabalhos de antropólogos como Smith (2003).

Indo além do caráter morfológico da paisagem e preocupado com uma Geografia da ação, após ter publicado “A Geografia isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra” (Lacoste, 1976), Yves Lacoste dedica um livro inteiro às “paisagens políticas” (Lacoste, 1990). Seguindo a mesma linha do livro anterior, em que a Geografia é fundamentalmente um saber estratégico e preocupado com a ação, Lacoste procura mostrar como a leitura da paisagem está associada a modos de agir no mundo, sendo fundamental aos detentores do poder político. Para além da leitura mapas, que seriam representações do espaço e não da paisagem²⁷, a atenção à leitura do terreno e do movimento, a fim de formulação de estratégias que constituem a paisagem política, é apontado por Lacoste como merecedor de atenção especial por parte dos geógrafos. Assim, a política, pensada por Lacoste como uma forma de agir no mundo pelos indivíduos ou grupos diante do outro, necessita fundamentalmente de formas de leitura da paisagem. Tais leituras da organização da paisagem a partir da política e, principalmente, para a política são o que Lacoste chama de paisagens políticas.

Também na década de 1980, Brunn e Yanarella buscando discutir a relação entre a geografia humanística e a Geografia Política, mostravam como a paisagem se tornava um conceito importante para essa relação, presente em trabalhos que usavam a paisagem não para definir os atributos físicos de uma área, mas para definir os elementos, símbolos e objetos formados para conferir sentido a um lugar (Brunn e Yanarella, 1987, p. 11). Nos exemplos de trabalhos apontados por esses autores, predominam os estudos sobre fronteiras e a ratificação espacial de identidades territoriais através da paisagem.

27 “O mapa, que mostra apenas duas dimensões, não é a representação da paisagem, mas do espaço” (Lacoste, 1990, p. 06). Tradução livre dos autores.

Ao mesmo tempo em que essas ideias passaram a circular, uma inversão no termo é apresentada visando identificar um outro conjunto de ações. Assim é que começa a se popularizar entre os geógrafos preocupados com o planejamento a expressão *política da paisagem*, no lugar de paisagem política. Foi nos anos 1980 que na França aos poucos ganhou força o que se convencionou chamar de *politique du paysage*, entendendo o *politique* no sentido de política pública. Nesse momento ganha força uma série de ações que visavam discutir a ação do Estado sobre a paisagem, com objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos que foi acompanhada de uma ampliação da discussão teórica sobre a natureza do conceito (Chabason, 1995) à qual os geógrafos contribuíram fortemente. Isso tem influenciado uma série de recomendações que culminam com a apresentação da Convenção Europeia da Paisagem em Florença no ano 2000, hoje assinada por quarenta países daquele continente e que procura dirigir o planejamento e gestão dos Estados aderentes no que diz respeito a ações sobre a paisagem visando o ordenamento do território²⁸. Assim, nessa abordagem, o que ainda hoje se conhece como política da paisagem remete predominantemente ao Estado como um agente mediador e controlador da ação da sociedade sobre a paisagem.

Abordagens simbólicas da paisagem também foram associadas ao estudo da política a partir dos anos 1980, nas quais o conceito assume sentido político como o resultado de ações práticas e discursivas destinadas à manutenção do poder. Em Duncan (1990), profundamente influenciado pela antropologia política de Clifford Geertz e o método hermenêutico²⁹, a paisagem é compreendida como uma construção discursiva ou um sistema de significados que conferem sentido às práticas sociais enquanto resultado de ações dos representantes do Estado para manter o controle sobre um território específico. Já no texto de Cosgrove (1998), a paisagem assume um sentido político ao ser produzida pelas elites dominantes como um falseamento da realidade com objetivos de manter os meios de produção e controlar o Estado. Assim, para aquele autor, a paisagem constitui uma espécie de ideologia visual. Em Duncan e Duncan (2003), as intervenções realizadas em um subúrbio americano são orientadas para reproduzir a divisão de classes da sociedade americana e indicam como a paisagem é dirigida no sentido de promover a inclusão de determinados grupos ao mesmo tempo em que exclui outros, invisibilizados. Assim, para os autores, a produção física da paisagem é profundamente marcada por estratégias de manutenção de posição de classes e poder a partir de determinadas representações da paisagem e marcadores sociais que são mobilizados espacialmente.

Apesar de esses textos não utilizarem o termo paisagem política, eles buscam entender como diferentes representações da paisagem foram mobilizados para garantir a unidade do Estado. Compreendem, assim, a política como uma prática coletiva, porém limitada às figuras institucionais, nas quais a população apenas sofre os efeitos das decisões das elites. Exercícios mais recentes de abordagens simbólicas das relações entre política e paisagem têm caminhado no sentido oposto, isto é, com-

28 Para uma análise do impacto da Convenção Europeia da Paisagem sobre o ordenamento do território nos países signatários ver, por exemplo, Gonçalves e Curado (2017).

29 Ver, por exemplo Geertz (1991), tradução do original de 1980, que mais teria influenciado o livro de James Duncan.

preender as ações políticas como práticas individuais, independente das instituições estatais (Till, 2004).

Tanto as abordagens morfológicas quanto as simbólicas veem a paisagem como apenas reflexo ou instrumento de poder, tomando as práticas espaciais do Estado e a luta para seu controle como elemento central de organização da política, no sentido não apenas de que a transformação da paisagem pelo Estado reflete o controle político e econômico de determinados grupos, como também pode atuar no sentido de perpetuá-los. Como temos discutido em outros lugares (Ribeiro, 2018; Brito; Cadena, 2022; Ribeiro; Castro; Cadena, 2022), uma abordagem contemporânea da relação entre política e paisagem pode indicar como as mobilizações políticas da paisagem se apropriam de objetos materiais e representações simbólicas para influenciar as agendas políticas, configurando aquilo a que chamamos de *política da paisagem*. Entendemos, assim, que numa perspectiva contemporânea, podemos analisar a paisagem como um recurso passível de ser mobilizado de diferentes formas em disputas políticas. Como a paisagem é uma maneira de olhar que sugere trabalho interpretativo pautado tanto nas imagens quanto nas formas concretas presente no espaço (Maciel, 2005), tanto as ações organizadas por grupos reconhecidos como das elites ou as práticas de grupos insurgentes são realizadas a partir de construções e imaginários consolidados ou em busca de consolidação nos espaços em disputas, orientando, assim, as próprias ações políticas. Da mesma forma, a maneira como esses grupos mobilizam a paisagem como uma estratégia de poder, seja através da construção de regulações (ou sua contestação), seja através de reivindicações, reforçam representações sobre a paisagem, as transformam, ou mesmo constroem novas representações e são passíveis de transformá-las fisicamente.

A existência de elementos materiais e imateriais fortemente consolidados nos diferentes espaços permite refletirmos sobre a paisagem como recurso político significativo da contemporaneidade. Para os representantes do Estado, a preservação e regulamentação de determinadas paisagens torna-se uma exigência contemporânea que pode contribuir para o capital político de um governante. Já para grupos insurgentes as paisagens existentes são importantes instrumentos de luta pelo Direito à Cidade e de conquista das cidadanias paisagísticas.

Política da Paisagem: recurso político e estratégias de ações

Para ir além da perspectiva mais comum até agora que considera política da paisagem como as ações do Estado voltadas para o ordenamento do território que visam controlar, gerir e planejar, é preciso entender a política como meio da organização de ações entre os diferentes, no que está inserida a forma como os sujeitos mobilizam diferentes instrumentos e ações visando uma melhor colocação em disputas ou obtenção/manutenção de poder. Assim, nesta segunda parte do capítulo, a mobilização de discursos, práticas e normas que tomam a paisagem como elemento central do controle das ações políticas configuram o que chamamos de *política da paisagem*

(Ribeiro, 2022). Nesta abordagem, instrumentalizada e utilizada com o objetivo de dirigir ações e atingir objetivos específicos, a paisagem é, ela mesma, um recurso político, disputada por grupos diversos.

A ideia de recurso foi central para as origens do campo da Geografia Política e da geopolítica. Quando os teóricos da geopolítica no início do século XX buscaram estabelecer modelos para analisar os movimentos dos Estados, a busca e as disputas por recursos naturais eram quase sempre uma causa das ações analisadas. Toda a lógica de análise e de proposição de estratégias de ações que dirigiu a geopolítica clássica está pautada na análise da disponibilidade de recursos que cada um dos Estados envolvidos dispõe. Recurso, portanto, desde o início da Geografia Política, está relacionado a poder. Para Raffestin (1993) é a partir dos usos mediados pela técnica disponível que um recurso se diferencia da matéria, indicando que aquele é sempre produto de uma ação e, ao mesmo tempo, sempre associado a um determinado fim e, por isso, dotado de um valor, produto de uma relação. A transformação, portanto, da matéria em recurso é dada pelo momento em que passa a ter uma função, a desempenhar um papel e, assim, ser valorada. É a partir da mobilização de um elemento que ele se transforma em recurso.

Assim, a prática e o uso de determinada matéria em política com determinado fim a transforma em recurso político. Robert Dahl (2006) identifica recurso político como qualquer meio que uma pessoa possa utilizar para dirigir ou influenciar o comportamento de outro, funcionando na construção do poder. Assim, a paisagem funciona como um recurso político quando ela é capturada e utilizada como um instrumento para indivíduos ou grupos se colocarem em posições mais favoráveis no sentido de conseguir suas vontades.

Entendemos política como uma ação que permite a possibilidade da vida entre diferentes, como apontava Hannah Arendt (2002). Para a autora, a política não é inerente aos indivíduos, mas surge no “entre-os-homens”, sendo, portanto, construída a partir e para o contato com o diferente. Nesse sentido, a política exige uma ação coletiva e articulada destinada a modificar as decisões tomadas pelas instituições, alterar as agendas políticas, ou estabelecer normas comuns para regular a sociedade. No período contemporâneo, no qual os diferentes demandam cada vez mais visibilidade e legitimidade no espaço público e as instituições destinadas à participação parecem pouco suficientes diante da pluralidade de grupos, outros instrumentos são mobilizados para a ação política, como o corpo (Butler, 2018) e, nosso argumento aqui, a própria paisagem.

Seguindo essa linha, consideramos que a paisagem se torna um recurso político quando determinados grupos a utilizam em suas ações visando atingir determinados objetivos diante de outros indivíduos, grupos ou mesmo o Estado. A agenda política é influenciada a partir da paisagem com a mobilização de elementos materiais e das representações consolidadas no espaço público a partir da construção de novos marcos paisagísticos ou pela produção de normas para o ordenamento territorial. Indivíduos e grupos buscam a partir da mobilização da paisagem, seja na sua modificação material, seja no uso de suas representações, se colocar em melhores posições de força e poder, aumentar seu capital político.

A paisagem também se torna um recurso político quando determinados grupos buscam explicitar seus desejos e garantir a execução de suas demandas a partir da produção de intervenções diversas. Nesse sentido, ao ser mobilizada como uma demanda e entrar na discussão sobre o direito à paisagem, ela participa também da construção de uma cidadania paisagística (Tavares, 2020). A ideia de colocar a paisagem no centro de uma discussão sobre direitos, que se reflete na discussão sobre o direito à paisagem, ou direito de paisagem, tem se ampliado significativamente em determinados contextos como o europeu, no qual o papel da Convenção Europeia da Paisagem de 2000 é central. O texto da Convenção já citava explicitamente o direito à paisagem como um direito coletivo e sua aplicação vem suscitando intensos debates (Priour, 2020) e influenciado o debate em outros contextos nacionais como o México (Checa-Artazu, 2017) e o Brasil (Custodio, 2012; Custodio; Santos; Máximo, 2020), onde planos diretores de cidades como o do Rio de Janeiro de 2011 já mencionam a necessidade de o Estado garantir o direito à paisagem, mesmo que sem uma clara definição sobre o seu significado (Ribeiro, 2018). Na discussão sobre a paisagem como um direito, ao ser tomada como um bem comum (Tavares, 2022), a paisagem coloca questões importantes sobre como conciliar os interesses dos diferentes grupos (Carsalade, 2020) e um desafio para a construção de espaços políticos de gestão da paisagem que atravessem as divisões clássicas dos modelos de gestão do nosso federalismo tripartite (Ribeiro, 2019).

Com isso, compreendemos recurso político como aquilo que pode ser usado visando uma determinada ação sobre o outro, com o objetivo de regular corpos e ações. Recurso político também pode ser considerado como qualquer elemento que seja utilizado para conferir capital político para indivíduos ou grupos, entendendo capital político como a capacidade de fazer valer seus interesses e influenciar a ação (Bourdieu, 1980). Ao contrário de outros recursos políticos indicados por Robert Dahl (como o capital econômico, a quantidade de votos recebidos em uma eleição, os contatos pessoais existentes, entre outros), a paisagem está disponível para todos, já que em sociedades democráticas o direito à presença em espaços públicos e à fruição estão garantidos. Assim, a paisagem mobilizada como recurso político resulta na constante disputa entre os diferentes na busca por definir os modos de olhar determinadas paisagens, indicando os elementos mais significativos e as narrativas associadas a determinados espaços que, no fundo, orientem formas de agir sobre o espaço e intervir nos aspectos materiais da paisagem, mas também ganhar capital político para outras frentes.

Não é incomum, então, que a mesma paisagem seja transformada em recurso político por grupos com objetivos opostos, como apresentado por Melo Filho (2021), ou que diferentes ideias de paisagem sejam aplicadas no mesmo instrumento de gestão urbana, como os planos diretores de metrópoles brasileiras (Melo Filho; Silva Filho, 2021; Reis et al., 2022). Essas divergências e conflitos apontam que, ao ser mobilizada como um recurso, a paisagem não apenas é a expressão dos conflitos da sociedade, como pensada por abordagens estruturalistas recorrentes na década de 1970, mas torna-se, ela mesma o próprio conflito, envolvida em constante disputas (Brito, 2019).

Paisagens instituídas, paisagens emergentes e paisagens insurgentes

Entender a paisagem como um recurso político nos coloca um desafio de pensar por quem, como e para que esse recurso é mobilizado. Esse caráter conflituoso de disputas assumido por paisagens no exercício contemporâneo da política permite identificar estratégias bastante distintas de mobilizações paisagísticas e com diferentes objetivos. Em exercício anterior, baseados nos modos de mobilização da paisagem como um recurso político, reconhecemos essas paisagens como sendo *instituídas, emergentes e insurgentes* (Ribeiro; Castro; Cadena, 2022). Trata-se de um exercício que, longe de ser preciso e finalizado, tenta jogar luz sobre as diferentes formas com as quais a política da paisagem pode se manifestar a partir de sua transformação em recurso político. A partir de pesquisas já realizadas por diferentes autores, propomos a seguir uma breve análise de cada um desses tipos de mobilização da paisagem em seu caráter político.

Paisagens instituídas

A mobilização de paisagens como um recurso político institucional não é necessariamente uma novidade. Como alguns autores já discutiram, determinadas pinturas paisagísticas foram bastante utilizadas por Estados imperiais com o objetivo de estabelecer identidade nacionais (Schwarcz, 2003; Thièsse, 2014) no sentido de formar sentimentos de pertencimento e de formação de “comunidades imaginadas” direcionadas a um viver em comum que garantiriam a legitimidade do Estado-Nacional como uma comunidade política de destino, uma vez que agregador das paisagens identitárias de um povo. Agora, porém, observamos uma mobilização de elementos já consolidados no espaço a partir da atribuição de novos sentidos através da aplicação de instrumentos oficiais de regulamentação, como a preservação patrimonial.

Ao contrário do período da consolidação dos Estados-Nacionais no século XX e que se alonga ao longo do século XX, a mobilização paisagística contemporânea opera em múltiplas escalas através do envolvimento de diferentes atores. Como comenta Cadena (2022), o reconhecimento patrimonial por uma organização estatal e consequente construção de uma paisagem instituída tem sido utilizada como meio para a construção de interesses geopolíticos. No exemplo analisado pelo autor, a Cidade Velha de Ribeira Grande, em Cabo Verde, já reconhecida nacionalmente como importante para a identidade local, teve suas formas materiais e representações transformadas a partir do título de patrimônio mundial para, no âmbito regional, fortalecer a posição do país no cenário africano e, na escala global, obter investimentos financeiros de organismos de cooperação. A paisagem transformada em patrimônio nacional e mundial em Cabo Verde serviu também para fortalecer as estruturas estatais de cultura e patrimônio, corroborando com uma maior estruturação do Estado. O desejo para a inscrição da Lista de Patrimônio e as obrigações para atingir este objetivo, fez com que os sujeitos responsáveis pela organização da candidatura tivessem mais

força também para a própria organização do campo do patrimônio cultural dentro do Estado caboverdiano, conferindo maior poder infraestrutural à instituição responsável, o Instituto de Patrimônio de Cabo Verde, IPC, ligado diretamente ao Ministério da Cultura. Assim, a patrimonialização da paisagem em Cabo Verde serviu diretamente como um recurso que confere maior estrutura e capacidade de ação aos agentes ligados à sua gestão. Mobilizar a paisagem como um patrimônio nacional e mundial significou um recurso político valioso para determinados setores ligados à cultura para aumentar seu grau de institucionalização e poder infraestrutural.

O mesmo processo se deu com a inscrição da paisagem do Rio de Janeiro na mesma Lista do Patrimônio Mundial, cujo principal objetivo explicitamente elencado por seus proponentes foi o da construção de mecanismos de gestão compartilhada da cidade e estruturas de gestão da paisagem dentro das instituições que integraram o processo (Ribeiro, 2019). O Rio de Janeiro, ao ser a primeira grande área urbana reconhecida como uma paisagem cultural da UNESCO, por obrigação da inscrição, envolveu a necessidade de desenvolvimento de mecanismos participativos da paisagem e que têm sido mobilizados por diferentes grupos em disputas urbanas, como a que envolveu a cessão do morro do Pasmado a um grupo para a construção de um memorial do Holocausto e a transformação dos sentidos da paisagem para remontar a um imaginário judeu e pentecostal (Ribeiro; Silva, 2023) e a recente controvérsia envolvendo a instalação de linhas de tirolesas entre os morros do Pão de Açúcar e Urca para exploração comercial, onde diferentes entidades mobilizam o título de paisagem cultural buscando reverter as autorizações³⁰.

Ainda no âmbito de atribuição de novos valores patrimoniais, o exemplo apresentado por Moura (2022) mostra como a construção da paisagem como um problema para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a partir da prática dos inventários e da fotografia visa legitimar diferentes modos de atuação da instituição sobre o território nacional. Determinadas paisagens do litoral e do Sertão brasileiro foram capturadas em imagens para constituir um novo olhar sobre o país que também direcionou a ação da Instituição e seu raio de atuação. Setores associados ao patrimônio, munidos daquilo que Laurajane Smith (2006) chama de discurso autorizado do patrimônio, delimitam e legitimam assim áreas de atuação e sua capacidade de intervenção, demarcando e ampliando seu capital de autoridade e de controle sobre pessoas, práticas e territórios a partir de um discurso sobre a paisagem.

Dessa maneira, as paisagens instituídas são aquelas que podem utilizar de características materiais consolidadas no imaginário coletivo, como edificações históricas ou traçados urbanísticos de um período, tornando-se significativas para aparatos estatais na sua constante busca por consolidação institucional. Nelas, o Estado se apropria de representações paisagísticas visando aumentar seu poder infraestrutural e capacidade de ação, ao mesmo tempo em que cria novas áreas de atuação e controle. Da mesma forma, como vimos, grupos também podem se apropriar dessas representações e regramento estabelecidos visando reforçar suas forças em demandas e disputas, como nos casos apresentados no Rio de Janeiro.

30 <https://forumpatrimoniobr.wordpress.com/2023/04/27/nota-sobre-a-instalacao-em-curso-de-tirolesas-e-areas-de-apoio-e-acesso-no-pao-de-acucar-e-morro-da-urca-no-rio-de-janeiro/>

Paisagens emergentes

Consideramos paisagens emergentes aquelas nas quais seu uso como recurso político envolve sua transformação física e a rápida consolidação de novas representações. Os grupos envolvidos com a transformação da paisagem tiram dessas transformações e do discurso sobre elas capital político e reforçam sua autoridade. Seu uso é muito comum em grandes projetos de intervenção urbanas. Nessa forma de mobilização, a transformação da materialidade (ou a necessidade da sua conservação) é acompanhada, muitas vezes, da modificação ou reforço de sentidos consolidados em paisagens metonímicas.

Os agentes estatais são importantes mobilizadores de paisagens emergentes, interessados muitas vezes em estabelecer imagens internacionais para suas cidades. Como comenta Mamadouh (2020), as cidades contemporâneas tornaram-se importantes atores geopolíticos ao sediarem eventos internacionais com grandes reformas urbanas. As paisagens emergentes, então, envolvem construção de novos objetos marcantes no espaço com o objetivo de estabelecer uma diferenciação para o local. Além disso, determinados sentidos da paisagem podem ser “redescobertos” e valorizados, desde que tragam benefícios para os interesses em diferentes escalas, do global ao local.

Se paisagens emergentes são localizadas em pontos centrais para as realizações desses eventos internacionais, é possível observar que paisagens de espaços suburbanos e/ou periféricos também têm sido acionadas para garantir a legitimidade da população (Carneiro, 2022). Além disso, reformas de mirantes antigos e a construção de novas vistas indicam como diferentes áreas das cidades podem ser envolvidas no processo de construção de valorização de determinadas pontos de vistas (Fernandes, 2022). Por fim, lugares de memórias também são construídos para relacionar os espaços renovados e dinâmicos às tradições locais, construindo uma continuidade paisagística entre o passado redescoberto e o futuro da modernidade (Reis, 2022).

Nos grandes projetos de intervenção urbana como aqueles direcionados à preparação para os Jogos Olímpicos, a construção de narrativas da paisagem que legitimem as intervenções propostas é muito comum, seja no Rio de Janeiro ou em Paris, embora essas narrativas e as zonas das cidades escolhidas sejam consideravelmente diferentes, segundo os interesses dos planejadores e grupos envolvidos (Zamant; Ribeiro, 2022). No caso do Rio de Janeiro, o projeto Porto Maravilha de intervenções na zona portuária encetado no âmbito dos preparativos para os jogos, incluiu entre uma série de ações, a implosão da grande via elevada que margeava todo o porto, conhecida como Avenida Perimetral, sob o discurso da volta da cidade para o mar, tão comum também em outras cidades. O discurso de valorização da paisagem litorânea e da vocação “natural” do Rio de Janeiro para isso legitimou e autorizou uma série de intervenções nessa direção, corroborado pelo discurso da necessidade de “revitalização” de uma área construída discursivamente como degradada. Se o Estado e seus agentes políticos são aqueles que ganham capital de autoridade com essas intervenções, durante a implantação do projeto, a redescoberta do Cais do Valongo,

o antigo porto de chegada dos escravos, reputado como o maior das Américas, deu força para novos sujeitos nesse jogo. A recriação da Zona Portuária do Rio como *Pequena África* que confere visibilidade e força a grupos afrodescendentes (Guimarães, 2014) passa pela criação do Roteiro da Herança Africana e construção de visibilidade e novas narrativas para objetos na paisagem antes invisibilizados, construindo assim uma paisagem da herança afro-brasileira que por tanto tanto foi apagada. Nesse sentido, as ações relacionadas ao Valongo e ao movimento visam mudar os próprios sentidos daquela paisagem, conferindo capital político a grupos ligados e uma maneira ou outra à cultura afro-brasileira. A criação do Ciclo do Valongo, um espaço de discussão e de proposição de ações que reúne os diferentes grupos interessados, e, mais recentemente, do Comitê Gestor do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial, com ampla participação de setores da sociedade que reivindicam ligação com essa cultura, demonstram como essa ressignificação da paisagem se materializa em constituição de poder político para alguns grupos que conseguem se organizar a partir de um discurso pautado na memória, mas também na paisagem.

Paisagens insurgentes

Por fim, a última forma de mobilização da paisagem ocorre quando grupos em conflito com as decisões das elites políticas e econômicas de suas cidades chamam atenção para paisagens normalmente invisibilizadas. A partir de intervenções materiais e simbólicas, esses grupos insurgem contra as regras e normas estabelecidas e reivindicam o reconhecimento de suas pautas e de seu direito de influenciar na agenda política.

As paisagens insurgentes são aquelas produzidas por grupos insurgentes, entendidos aqui de forma semelhante àquela proposta por Holston (2013) ao comentar as cidadanias insurgentes, isto é, manifestações de cidadania urbana que tomam as metrópoles brasileiras como objeto de reivindicação e produzem desestabilizações nas expressões tradicionais de cidadanias. Nesse sentido, as paisagens insurgentes tornam-se recursos para movimentos que reivindicam seus direitos, denunciam injustiças e usam de estratégias variadas para contestar os objetos e representações dos grupos dominantes presentes no espaço público. Esses grupos, então, reivindicam uma cidadania paisagística, pelo direito de ver/estar/ser a paisagem (Tavares, 2020; 2022).

Nas cidades brasileiras, diversas paisagens com essas características têm surgido em um momento de aumento das regulações urbanísticas e, ao mesmo tempo, de crise na representação política das diferenças. Assim, para contestar as paisagens dominantes, grupos grafitam espaços patrimonializados (Brito, 2022) ou estabelecem sua memória pela arte em áreas de favelas (Cruz, 2022). Os museus ligados às favelas no Rio de Janeiro, tais como o Museu da Maré, o Museu Sankofa da Rocinha, o Museu de Favela do Cantagalo e o Museu das Remoções reivindicam visibilidade para espaços historicamente invisibilizados pelas políticas públicas. Todos os citados, com a exceção do Museu da Maré, se constituem o que a museografia chama de

museus de território, uma vez que é o trajeto a céu aberto e a própria comunidade que constituem os objetos museais e acervos. Assim, a paisagem transformada em narrativa museal por grupos marginalizados da sociedade visa jogar luz sobre grupos tradicionalmente invisíveis e, com isso, colocá-los em posição de disputas por ações públicas e por cidadania (Reis, 2023).

Conclusão

Do final do século XIX ao início do século XXI, embora tenha se transformado e atualizado, a Geografia Política segue como o subcampo da disciplina interessado na relação entre o espaço e a política apoiando-se em diferentes bases epistemológica e mobilizando alguns conceitos. Para além da predominância do território como lente de análise, buscamos mostrar aqui como, em conjunto com a abertura para outras escalas de análise além do nacional e de novas conceituações da política, a paisagem tem um lugar na Geografia Política contemporânea com um rico potencial de análise a ser ainda explorado.

Se as ideias de paisagem clássicas ainda estão presentes em diversos instrumentos de regulamentação urbana, atualmente observamos como a própria paisagem foi transformada em objeto de disputas. Tais disputas, porém, não buscam delimitar fronteiras ou restringir a fruição de paisagens singulares, mas transformar materialmente e simbolicamente os modos de agir e pensar de determinadas áreas das cidades contemporâneas, e usar a paisagem como um recurso de poder diante de outros grupos.

Os diferentes grupos mobilizam paisagens ordinárias e excepcionais para atingir seus objetivos, transformando a paisagem em um significativo recurso político. A partir da construção de modos de olhar e viver a paisagem, o Estado, as elites econômicas e os grupos insurgentes alteram a agenda política e buscam exercer o direito à cidade e, no limite, o direito à cidadania paisagística.

Os três tipos de paisagens construídas a partir das estratégias e ações dos grupos que as tomam como recursos políticos representam um esforço da Geografia Política de reconhecer a relevância do conceito para discussões dos fenômenos da política. Os tipos aqui apresentados não devem ser pensados de modo isolados, evitando, assim, repetirmos antigas abordagens de uma Geografia Política que olhava apenas para o Estado ou, pior, uma Geografia Política que nega o Estado. As paisagens insurgentes só se constituem a partir do momento que grupos se posicionam contra as decisões estatais ou reivindicam o reconhecimento desse de suas pautas pelas instituições públicas. De maneira semelhante, as paisagens instituídas e emergentes são constituídas para normatizar a sociedade, orientando as maneiras de olhar e agir determinadas áreas, produzindo efeitos para os grupos presentes no espaço.

Apesar de o campo da Geografia Política não ter adotado esse conceito em sua origem, a realidade contemporânea convoca os geógrafos a avançar nesse debate e expandir ainda mais a polissemia da paisagem e as possibilidades que o conceito oferece para análise do mundo contemporâneo.

Referências

AGNEW, J. **Making political geography**. London: Arnold; New York: Distributed in the United States of America by Oxford University Press, 2002.

ARENDDT, H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BESSE, J-M. As cinco portas da paisagem: ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. In: **O Gosto do Mundo, exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014a, p. 11-66.

BESSE, J-M. A fisionomia da paisagem, de Alexander von Humboldt a Paul Vidal de La Blache. In: **Ver a Terra: seis ensaios sobre paisagem e geografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014b, p. 61-74.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.

BRITO, M. V. **Patrimônio consagrado e paisagens insurgentes: disputas por cidadania e visibilidade em Olinda (PE)**. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BRITO, M. V.; CADENA, D. Paisagem política: novas maneiras de olhar e agir nas metrópoles brasileiras. **Geosp**, v. 26, n. 3, dez. 2022.

BRITO, M. V. Grafite: mácula ou manifestação insurgente na paisagem? In: RIBEIRO, R. W. ; CASTRO, I. E.; CADENA, D. (Orgs.) **A política da Paisagem: planejamento, gestão e disputas urbanas em torno da paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022, p. 295-315.

BROX, T. Landscapes of Little Lhasa: materialities of the vernacular, political and commercial in urban china: Materialities of the Vernacular, Political and Commercial in Urban China. **Geoforum**, [s.l.], v. 107, p. 24-33, dez. 2019.

BRUNN, S. D.; YANARELLA, E. Towards a Humanistic Political Geography. **The Annals of the Association of American Geographers**, n.77, v.1, p. 1-11, 1987.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

CADENA, D. Cidade Velha emergente: patrimônio e política da paisagem em Cabo Verde. In: RIBEIRO, R. W.; CASTRO, I. E.; CADENA, D. (Orgs.) **A política da Paisagem: planejamento, gestão e disputas urbanas em torno da paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022, p. 79-98.

CARNEIRO, P. O. Madureira, metonímia de subúrbio: políticas de ressignificação da paisagem no governo Eduardo Paes (2009-2016 In: RIBEIRO, R. W.; CASTRO, I. E.; CADENA, D. (Orgs.) **A política da Paisagem: planejamento, gestão e disputas urbanas em torno da paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022, p. 163-180.

CARSALADE, F. L. Direito à paisagem: qual e como. In: CUSTODIO, M. M.; SANTOS, F. B.; MÁXIMO, M. F. C. (Orgs.) **Direito de Paisagem. Aspectos jurídicos e interdisci-**

plinares. Belo Horizonte: D'Placido, 2020, p. 55-73.

CAUQUELIN, A. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins, 2007.

CHABASON, L. Pour une politique du paysage. In: ROGER, A. (Org.) **La théorie du paysage em France (1974-1994)**. Seyssel: Champ Vallon, 1995, p. 260-272.

CHECA-ARTASU, M. M. En defensa del derecho al paisaje. Algunos ejemplos en México. In: CHECA-ARTASU, M. M.; MARTÍN, P. S. (Orgs.). **El Paisaje: Reflexiones y métodos de análisis**. Ciudad de México: Ediciones del Lirio, 2017, p. 45-74.

COSGROVE, D. **Social formation and symbolic landscape**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998

COX, K. Fundamental concepts of political geography: an introduction. In: COX, K. **Political Geography: territory, state and society**. Oxford: Blackwell, 2002, p. 1-32.

CRUZ, A. G. Paisagem e memória nas disputas dos sentidos da Favela da Rocinha, Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, R. W.; CASTRO, I. E.; CADENA, D. (Orgs.) **A política da Paisagem: planejamento, gestão e disputas urbanas em torno da paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022, p. 269-294.

CUSTÓDIO, M. M. **Conceito Jurídico de Paisagem**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

CUSTODIO, M. M.; SANTOS, F. B.; MÁXIMO, M. F. C. (Orgs.). **Direito de Paisagem. Aspectos jurídicos e interdisciplinares**. Belo Horizonte: D'Placido, 2020.

DAHL, R. A. **On political equality**. New Haven e Londres: Yale University Press, 2006.

DUNCAN, J. **The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandy Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DUNCAN, J.; DUNCAN, N. **Landscape of privilege. The politics of the Aesthetic in an American Suburb**. Osford: Routledge, 2003.

FERNANDES, P. H. Entre miradas e miragens: o papel da paisagem e dos mirantes nas políticas públicas do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, R. W.; CASTRO, I. E.; CADENA, D. (Orgs.) **A política da Paisagem: planejamento, gestão e disputas urbanas em torno da paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022, p. 227-250.

GEERTZ, C. **Negara, o Estado Teatro no século XIX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GONÇAVES, C.; CURADO, M. J. **As políticas da paisagem depois da Convenção Europeia da Paisagem**. In: **Estudos de Paisagem, Volume I**. Lisboa: Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017, p. 191-215.

GUIMARÃES, R. **A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2014.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KLIOT, N.; MANSFIELD, Y. The political landscape of partition. the case of Cyprus. **Political Geography**, [s.l.], v. 16, n. 6, p. 495-521, 1997.

LACOSTE, Y. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Paris: La Découverte, 1976.

LACOSTE, Y. **Paysages Politiques**. Paris: Librairie Générale de France, 1990.

MACIEL, C. A. A. Espaços públicos e geossimbolismos na “cidade-estuário”: rios, pontes e paisagens do Recife. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 22, p. 12-20. 2005.

MAMADOUH, V. A virada urbana na geopolítica: as geografias políticas das cidades na governança global. In: RODRIGUES, J. N.; MONTEIRO, L. C. R. (Orgs.). **Crise e Reinvenção dos espaços da política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, p. 133-154.

MELO FILHO, D. C. Política da paisagem e paisagem política em São Paulo. **Mercator**, v. 20, 2021.

MELO FILHO, D. C.; SILVA FILHO, G. H. Ideias da paisagem nos Planos Diretores do Recife e do Rio de Janeiro. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 65-79, 2021.

MOURA, R. A. Os modos de ver e agenciar a paisagem pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional pela fotografia. In: RIBEIRO, R. W.; CASTRO, I. E.; CADENA, D. (Orgs.) **A política da Paisagem: planejamento, gestão e disputas urbanas em torno da paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022, p. 99-116.

PEREIRA, S. N. Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidalina. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Orgs.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 337-362.

PRIEUR, M. Right to Landscape. In: CUSTODIO, M. M.; SANTOS, F. B.; MÁXIMO, M. F. C. (Orgs.). **Direito de Paisagem. Aspectos jurídicos e interdisciplinares**. Belo Horizonte: D'Placido, 2020, p. 25-54.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática 1993.

REIS, G. A.; SILVA FILHO, G. H.; SILVA, P. T.; RIBEIRO, R. W. A paisagem no ordenamento urbano brasileiro: a produção de leis da paisagem no Recife e no Rio de Janeiro entre 1950 e 2019. **Revista Espaço e Geografia**, v. 24, n. 2, p. 197-222, 2022.

REIS, G. A. Memória como estratégia de intervenção na paisagem do Cais do In: RIBEIRO, R. W.; CASTRO, I. E.; CADENA, D. (Orgs.) **A política da Paisagem: planejamento, gestão e disputas urbanas em torno da paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022, p. 145-162.

REIS, G. A. **Paisagem Política enquanto estratégia de memória nos museus de território: uma comparação entre o museu da escravidão e cultural afro-brasileira e o museu das remoções – RJ**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dissertação de Mestrado, 2023.

RIBEIRO, G. A geografia e o desafio da modernidade: *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)* cem anos depois. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. 16, n. 934, 2011.

RIBEIRO, R. W. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. In: FIDALGO, P. (Org.) **A paisagem como problema: conhecer para proteger, gerir e ordenar**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2018, v. 05, p. 155-170.

RIBEIRO, R. W. Gestão da Paisagem, Gestão da Cidade: Quais os legados do Rio de Janeiro Patrimônio Mundial. **Revista do CPC**, 27, p. 144-166, 2019.

RIBEIRO, R. W. Paisagem. In: **IPHAN (Org.) Dicionário Iphan do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, 2020, Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/92/paisagem>.

RIBEIRO, R. W. Política da Paisagem: anotações teóricas e temáticas. In: RIBEIRO, R. W.; CASTRO, I. E.; CADENA, D. (Orgs.). **A política da paisagem: planejamento, gestão e disputas urbanas em torno da paisagem**. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022, p. 21-38.

RIBEIRO, R. W.; SILVA, P. T. A política da paisagem entre entendimentos e desencontros: as disputas em torno do Morro do Pasmado no Rio de Janeiro e a produção de sentidos. In: SAMPAIO, A. R.; PESSOA, J.; CARSLADE, F. (Orgs.). **O patrimônio cultural na contemporaneidade: volume 2**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2023.

RIBEIRO, R. W.; CASTRO, I. E.; CADENA, D. (Orgs.) **A política da Paisagem: planejamento, gestão e disputas urbanas em torno da paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022.

SANGUIN, A-L. Le paysage politique: quelques considérations sur un concept ré-surgent. **L'Espace Géographique**, v. 13, n. 1, p. 23-82, 1984.

SAUER, C. O. The Morphology of Landscape. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. (Orgs.). **Human Geography: an Essential Anthology**. Oxford: Blackwell, 1996 [1925], p. 296-315.

SCHWARCZ, L. K. M. A natureza como paisagem: imagem e representação no Segundo Reinado. **Revista USP**, n. 58, p. 6-29, 2003.

SMITH, A. T. **The political landscape**. Berkley: University of California Press, 2003.

SMITH, L. **Uses of heritage**. London, New York: Routledge, 2006.

TAVARES, D. B. **Ver, estar e ser (n)a Paisagem: cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Tese de doutorado em Geografia), 2020.

TAVARES, D. B. Paisagem: do problema público à gestão comum. In: RIBEIRO, R. W.; CASTRO, I. E.; CADENA, D. (Orgs.) **A política da Paisagem: planejamento, gestão e disputas urbanas em torno da paisagem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022,

p. 39-56.

THIÈSSE, A-M. As identidades nacionais: um paradigma transnacional. In: DEL GADDO, R. S.; PEREIRA, D. B. (Org.). **Geografias e ideologias: submeter e qualificar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 33-65.

TILL, K. E. Political landscapes. In: DUNCAN, J. S.; JOHNSON, N. C.; SCHEIN, R. H. **Companion to Cultural Geography**. Oxford: Blackwell, 2004, p. 347-364.

ZAMANT, V.; RIBEIRO, R. W. Espaços e tempos da patrimonialização: instrumentos de cidadania diante do desenvolvimento urbano? As experiências de Paris e do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, R. W.; CASTRO, I. E.; CADENA, D. (Org.). **A política da paisagem: planejamento, gestão e disputas urbanas em torno da paisagem**. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2022, p. 119-145.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.